

# PUBLICIDADE LEGAL

**LCBC IMÓVEIS S/A** - Avenida Rio Grande, 570 - Cassino - na cidade de Rio Grande/RS. NIRE (Jucergs) nº 43 3 0004043 7. CNPJ nº 04.137.830/0001-16 - (Companhia Fechada). **Assembleia Geral de Acionistas - CONVOCAÇÃO** - Ficom os senhores acionistas da LCBC IMÓVEIS S.A ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada exclusivamente de forma digital, no dia 29 de abril de 2022, às 10h30min, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1.** Examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **3.** Fixação da remuneração anual global da Diretoria; **4.** Assuntos gerais. A assembleia geral ordinária será realizada de forma exclusivamente digital, via videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams". Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico, pessoalmente ou por procurador constituído. No caso de participação por meio de procurador, a respectiva procuração deve ser encaminhada para a Companhia, pelo e-mail [lcbc@lcbc.com.br](mailto:lcbc@lcbc.com.br), com a maior antecedência possível, e no máximo em até 30 (trinta) minutos antes da hora da assembleia. O voto poderá ser exercido, ainda, via Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), enviado pelo acionista à Companhia pelo e-mail [lcbc@lcbc.com.br](mailto:lcbc@lcbc.com.br) em até 3 (três) dias antes da data da assembleia. O envio do Boletim não impede o acionista de se fazer presente à assembleia e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o Boletim enviado será desconsiderado. O modelo do Boletim, os documentos necessários à representação dos Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como instruções completas para a participação na assembleia foram enviadas por correio eletrônico a todos os acionistas da Companhia. Rio Grande/RS, 19 de abril de 2022. Osvaldo Luiz Cramer De Otero, Diretor; Nagib Mohamad Lemos Ahmad, Diretor; e, Marcela Fossati Otero, Diretora.

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S.A.** - CNPJ n. 89.723.845/0001-19 - NIRE 43.3.0001820.2 - **SAPUCAIA DO SUL - RS - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - **1) DATA/HORA/LOCAL:** 1º de abril de 2022, às 10h30min, na sede social, situada na Rua Inpel, nº 29, Bairro Colonial, em Sapucaia do Sul-RS, CEP 93212-280. **2) PRESENCAS:** Acionistas, conforme Livro de Presenças, representando mais de 2/3 do capital votante. **3) MESA DIRIGENTE:** Presidente: Sra. Simone Marcon; Secretária: Sra. Aniela Elzbieta Podstolak Carvalho. **4) PUBLICAÇÕES:** (i) o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras foram publicadas no Jornal do Comércio, no dia 10.02.2022 e (ii) os editais de convocação foram publicados no Jornal do Comércio, nos dias 15.03.2022, 16.03.2022 e 17.03.2022, de forma física e digital. **5) ORDEM DO DIA:** (i) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração. **6) DELIBERAÇÕES:** a Assembleia aprovou, por unanimidade: 6.1) que esta ata seja lavrada na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei n. 6.404/76; 6.2) a dispensa da leitura dos documentos relativos ao exercício de 2021, a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76; 6.3) o relatório da Diretoria, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, com a abstenção dos Diretores e acionistas da Companhia, Srs. Armando Marcon Júnior, Simone Marcon e André Lazzari, de acordo com o previsto no § 1º, do artigo 134 da Lei 6.404/76; 6.4) que o lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 18.351.984,00 - após a reversão dos Juros sobre o Capital Próprio - tenha a seguinte destinação: a) R\$ 917.599,00, para a formação da Reserva Legal; b) o saldo dos lucros, será levado à conta de Reservas de Lucros. 6.5) ratificar (i) o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.929.482,62, ocorrido durante o exercício de 2021 e (ii) a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 1.000.000,00, ocorrida durante o exercício de 2021, à conta de Reserva de Lucros; 6.6) reeleger os seguintes membros da Diretoria, com prazo de mandato estatutário de 2 (dois) anos, ou, caso não ocorra nova eleição nesse prazo, até a investidura dos novos administradores eleitos em Assembleia: - **ARMANDO MARCON JÚNIOR**, CPF 529.902.060-00, Cédula de Identidade RG 1024953182 SSP/RS, brasileiro, natural de Porto Alegre/RS, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado na Rua Marcelo Gama, 288, apto. 503, bairro Higiênópolis, em Porto Alegre-RS, como **Diretor Comercial**; - **SIMONE MARCON**, CPF 385.112.580-00, Cédula de Identidade RG 9004345006 SSP/RS, brasileira, natural de Porto Alegre/RS, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua Clemente Pinto, 159, bairro Fiação, em São Leopoldo-RS, como **Diretora Administrativa/Financeira**; - **ANDRÉ LAZZARI**, CPF 651.020.370-72, Cédula de Identidade RG 7037133282 SSP/RS, brasileiro, natural de Porto Alegre-RS, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Rua Vitor Meireles, 211, apto. 201, bairro Rio Branco, em Porto Alegre-RS, como **Diretor Industrial**. 6.7) fixar a remuneração anual e global da Diretoria em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a ser distribuída de comum acordo entre os seus membros, em reunião da Diretoria a ser realizada para esse fim. **7) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia, tendo sido lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes. **8) ASSINATURAS:** - Presidente da Assembleia: Simone Marcon. - Secretária da Assembleia: Aniela Elzbieta Podstolak Carvalho. - Acionistas: (i) Amaron Administração e Participações Ltda., representada por seu sócio Sr. Armando Marcon Júnior; (ii) Armando Marcon Júnior; (iii) Simone Marcon; (iv) Apla - Administração e Participações Ltda., representada pelo Sr. Antonio Pitt Neto; (v) Antonio Pitt Neto; (vi) André Lazzari; (vii) Cinthia Hovest, representada por seu procurador, Sr. Armando Marcon Júnior. **CERTIDÃO:** Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais, bem como também são autênticas as assinaturas ali apostas. Sapucaia do Sul-RS, 1º de abril de 2022. SIMONE MARCON - Presidente; ANIELA E. PODSTOLAK CARVALHO - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8246722 em 19/04/2022 da Empresa INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S/A, CNPJ 89723845000119 e protocolo 221260285 - 18/04/2022. Autenticação: 698C0D4AC2460F9F8C3DF94325DDEC1FC62. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**

**ALIBEM** Alibem Alimentos S.A. CNPJ 03.941.052/0001-50 – NIRE 43 3 0005793 3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2021 - ALIBEM ALIMENTOS S.A., companhia brasileira de capital fechado, por meio da sua administração, apresenta suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). A Diretoria.

**Balço Patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)**

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	561.271	461.328	Fornecedores.....	164.214	182.502
Aplicações financeiras (Nota 4).....	155.545	18.896	Empréstimos e financiamentos (Nota 12).....	256.015	149.201
Bancos conta vinculada (Nota 4).....	6.404	5.881	Debêntures (Nota 12).....	27.717	51.953
Instrumentos financeiros			Salários e encargos sociais.....	30.289	38.123
derivativos (Nota 13).....	-	21.287	Provisão para contingências (Nota 10).....	4.741	61.895
Contas a receber de clientes (Nota 5).....	139.501	229.729	Adiantamento de clientes.....	23.193	31.616
Estoques (Nota 7).....	210.400	171.841	Instrumentos financ. derivativos (Nota 13).....	7.170	10.018
Ativos biológicos (Nota 8).....	311.607	358.652	Outros passivos.....	10.358	15.856
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6).....	8.485	15.193		530.231	534.864
Adiantamento a fornecedores.....	8.499	9.477	<b>Não circulante</b>		
Partes relacionadas (Nota 9).....	45.967	87	Empréstimos e financiamentos (Nota 12).....	381.232	153.832
Outros ativos.....	1.468	1.281	Debêntures (Nota 12).....	211.614	225.333
	1.449.147	1.293.652	Impostos e contr. a recolher (Nota 14).....	2.893	1.178
			IR e contribuição social diferidos (Nota 20).....	78.860	151.206
<b>Não circulante</b>			Dividendos e juros s/capital próprio a pagar	56.842	40.051
Imposto e contribuições a recuperar (Nota 6).....	15.066	15.066	Partes relacionadas (Nota 9).....	79	79
Depósitos judiciais (Nota 10).....	933	1.237		731.520	571.679
Partes relacionadas (Nota 9).....	30.000	30.000	<b>Patrimônio líquido (Nota 15)</b>		
Ativos biológicos (Nota 8).....	153.201	162.605	Capital social.....	173.929	173.929
Imobilizado (Nota 11).....	227.528	231.698	Ajustes de avaliação patrimonial.....	25.604	26.638
Intangível.....	1.132	993	Outros resultados abrangentes.....	(4.313)	14.049
	427.860	441.599	Reserva de lucros.....	269.714	289.186
Total do ativo.....	1.877.007	1.735.251	Reserva de incentivos fiscais.....	150.322	124.906
			Total do patrimônio líquido.....	615.256	628.708
			Total do passivo e patrimônio líquido.....	1.877.007	1.735.251

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	Reserva de lucros		Ajuste de aval. patrim. acumulados	Lucros Resultados Abrangentes	Outros Resultados Abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva Incen-tivos Fiscais					
Em 31 de dezembro de 2019.....	173.929	100.386	22.446	245.248	52.057	10.129	604.195
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	516.434	516.434
Realização custo atrib. ao ativo imob. (17.401)	-	-	-	-	(25.419)	25.419	(17.401)
Aumento de capital social.....	17.401	-	-	-	-	-	17.401
Const. reservas de inc. fiscais.....	-	24.520	(17.401)	-	-	(24.520)	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting).....	-	-	-	-	-	3.920	3.920
Destinação dos resultados:							
Transferência para reservas.....	-	-	24.596	14.297	(38.893)	-	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(28.440)	-	(28.440)
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	-	(450.000)	-	(450.000)
Em 31 de dezembro de 2020.....	173.929	124.906	29.641	259.545	26.638	14.049	628.708
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	124.665	124.665
Realização custo atrib. ao ativo imob. (1.034)	-	-	-	-	(1.034)	1.034	-
Const. reservas de incen. fiscais.....	-	25.416	-	-	-	(25.416)	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting).....	-	-	-	-	-	(18.362)	(18.362)
Destinação dos resultados:							
Transferência para reservas.....	-	-	4.962	(24.434)	-	19.472	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(19.755)	-	(19.755)
Em 31 de dezembro de 2021.....	173.929	150.322	34.603	235.111	25.604	(4.313)	615.256

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/dezembro/2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais:** A Alibem Alimentos S.A. (a "Companhia") foi fundada em junho de 2000, e possui sede em Porto Alegre - RS. Suas atividades principais consistem na criação e abate de suínos na industrialização de produtos derivados de suínos e na fabricação de ração, bem como o comércio atacadista e varejista de carnes e produtos congêneres, atuando em todo o território nacional e exportando para diversos países. A Companhia opera dois frigoríficos, três fábricas de ração, quinze granjas próprias, estrutura de integração de suínos, quatro unidades comerciais e três unidades de logística, além de contar com uma equipe de profissionais qualificados e com larga experiência no mercado de proteína animal, a fim de atender os mais altos níveis de exigências de toda a cadeia produtiva, desde a criação dos suínos até a comercialização de seus produtos. **1.1. Impacto do COVID-19 nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem monitorando e avaliando os possíveis impactos do Covid-19 no Brasil e no mundo, principalmente em relação às vendas diretas no exterior e a sua cadeia de suprimentos. No momento a administração entende que este evento não deve impactar de forma relevante a expectativa de realização de seus ativos financeiros e não financeiros, além da capacidade operacional da Companhia. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** 2.1. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a partir da Nota 2.4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos mensurados a valor justo. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022. **2.2. Mudança nas normas contábeis:** Não existem novas normas e interpretações emitidas que tenham, na opinião da Administração, gerado impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.5. Instrumentos financeiros:** 2.5.1. **Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada; • Contas a receber de clientes; • Adiantamentos a fornecedores; • Partes relacionadas; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3. Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.5.4. Impairment de ativos financeiros:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Com-

panhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48: • Contas a receber por vendas de produtos; • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada. Com o CPC 48, a Companhia teve que revisar sua metodologia de *impairment* para cada uma dessas classes de ativos. A perda de valor recuperável identificada foi imaterial. No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de *impairment* do CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.5.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas (*impairment*). **2.7. Estoques:** Os estoques da Companhia são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são registrados pelo custo de aquisição. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **2.9. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 11. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de bens do imobilizado na data de transição para os CPCs. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **2.10. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem a suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para abate, os quais são destinados para produção de carnes in natura, processadas e embutidos, e também florestas. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, mediante metodologia de equiparação dos ativos ao valor de mercado principal dos mesmos, utilizando-se de dados observáveis de mercado para cálculo, deduzidos dos custos estimados de venda. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrer, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda. O processo de engorda e abate dos suínos tem um ciclo aproximado de 160 dias, variável com base na cultura e material genético a que se refere. No caso das florestas provenientes de reflorestamento, o ciclo desta operação é de 7 anos. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário,

**Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/dezembro/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	2021	2020
Receita líquida (Nota 16).....	1.919.019	2.087.578
Custos dos produtos vendidos (Nota 17).....	(1.354.307)	(1.066.845)
Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos.....	(152.093)	104.346
<b>Lucro bruto</b> .....	<b>412.619</b>	<b>1.125.079</b>
Despesas de vendas (Nota 17).....	(166.563)	(133.511)
Despesas gerais e administrativas (Nota 17).....	(65.962)	(80.081)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 18).....	909	(6.827)
<b>Lucro operacional</b> .....	<b>181.003</b>	<b>904.660</b>
Despesas financeiras (Nota 19).....	(57.415)	(26.904)
Receitas financeiras (Nota 19).....	28.374	26.071
Variação cambial, líquida (Nota 19).....	13.099	(160.217)
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b> .....	<b>165.061</b>	<b>743.610</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20).....	(103.283)	(202.667)
Diferido.....	62.887	(24.509)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>124.665</b>	<b>516.434</b>
Média de ações durante o exercício - em mil	173.929	173.929
Lucro por ação - em R\$.....	0,72	2,97

**Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Lucro líquido do exercício.....	124.665	516.434
Instrumentos financeiros ( <i>hedge accounting</i> ), líquidos dos efeitos tributários.....	(18.362)	3.920
Resultado abrangente do exercício.....	106.303	520.354

as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método usando a taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas no demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se as estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada produto para o atacadista. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista, o atacadista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de aproximadamente 40 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. b) **Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros, em especial as contas a receber de clientes e na avaliação do valor justo dos ativos biológicos.

**4. Disponibilidades:** 4.1. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa.....	561.271	461.328
Contas corrente bancárias.....	2.286	711
Aplicações de liq. imediata.....	-	361
Bancos no exterior.....	10.615	28.110
Títulos e valores mobiliários.....	548.197	432.064
	561.271	461.328

4.1.1. **Bancos no exterior:** Referente a valores de faturas liquidadas por clientes no exterior diretamente nas contas bancárias da Companhia fora do país. A Companhia opta por manter algum saldo nestas contas para eventuais despesas e custos que possam surgir no exterior, entretanto possui o direito, a qualquer momento, de transferir estes saldos para suas contas bancárias dentro do país mediante os procedimentos requeridos pelo Banco Central do Brasil. 4.1.2. **Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão sendo remunerados por taxas variáveis de 96% a 108% (96% a 108% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate sem alterações relevantes de valor. **4.2. Bancos conta vinculada:** Referente a saldos mantidos pela Companhia para garantia de um empréstimo obtido pela sua empresa ligada Agra Agroindustrial de Alimentos S.A. junto às instituições financeiras. O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 6.404 (R\$ 5.881 em 31 de dezembro de 2020). **4.3. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são em títulos do governo NTN-B e LFT (vencimentos em 2024 e 2026), sendo remuneradas pela variação do IPCA e da taxa Selic, respectivamente, e cupom médio ponderados de 5,07% e 5,26%. O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$155.545 (R\$18.896 em 31 de dezembro de 2020).

**5. Contas a receber de clientes**

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno.....	27.200	43.355
Mercado externo.....	112.558	186.649
	139.758	230.004
Prov. p/perdas esperadas.....	(257)	(275)
	139.501	229.729

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. A seguir apresentamos as operações vendidas e a vencer, para as quais a Companhia registrou provisão para perdas esperadas quando entendeu ser necessário:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer.....	138.832	228.540
Vencidas entre 1 e 30 dias.....	926	1.170
Vencidas entre 31 e 180 dias.....	-	80
Vencidas há mais de 180 dias.....	-	214
Total saldos venc. e a vencer.....	139.758	230.004

A movimentação da provisão para perdas esperadas encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial.....	(275)	(205)
Adições.....	-	(70)
Baixas.....	18	-
Saldo final.....	(257)	(275)

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais.....	124.665	516.434
Fluxo líquido do exercício.....	(18)	70

ALIBEM Alibem Alimentos S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Depósitos judiciais, Contingências, and Imobilizado.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Cédula Créd. Exp. CCE R\$, Debêntures, and Cédula Prod. Rural.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include IRRF, Contribuição previdenciária, and Impostos e contribuições a recolher.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Table with 4 columns: 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, and Resultados financeiros e variações cambiais.

Table with 4 columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, and Produtos acabados.

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras. Aos administradores e acionistas da Alibem Alimentos S.A. - Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alibem Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética de Elica e de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar procedimentos de auditoria ou utilizar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 28 de março de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/F-7. ARTHUR RAMOS ARRUDA - Contador - CRC-RS 096102/O-0.

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA. BAIXE O APP JC. Includes QR code and smartphone images.



# GRUPO K1 S/A

CNPJ 00.912.882/0001-61

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tupandi, 28 de março de 2022.

A Administração.

### Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>	<b>251.118</b>	<b>171.549</b>	<b>281.373</b>	<b>204.974</b>	<b>Passivo</b>	<b>229.289</b>	<b>204.260</b>	<b>224.035</b>	<b>208.428</b>
<b>Circulante</b>	<b>251.118</b>	<b>171.549</b>	<b>281.373</b>	<b>204.974</b>	<b>Circulante</b>	<b>229.289</b>	<b>204.260</b>	<b>224.035</b>	<b>208.428</b>
Caixa e equivalentes de caixa.....	45.704	16.640	56.053	24.477	Fornecedores.....	44.328	59.037	43.020	63.129
Contas a receber clientes.....	100.829	90.744	104.740	101.175	Empréstimos e financiamentos.....	91.043	75.291	95.794	79.161
Estoques.....	73.251	59.599	87.718	70.976	Impostos e contribuições a recolher.....	14.264	18.044	16.957	20.693
Impostos a recuperar.....	26.311	1.019	27.285	2.792	Salários a pagar.....	2.778	3.797	3.241	4.117
Outros créditos.....	4.392	3.121	4.899	5.118	Provisão de férias e encargos.....	3.751	5.896	4.667	6.394
Despesas antecipadas.....	631	426	678	436	Partes relacionadas.....	31.014	14.505	11.192	5.510
					Outras contas a pagar.....	42.111	27.690	49.164	29.424
<b>Não circulante</b>	<b>368.055</b>	<b>357.358</b>	<b>350.993</b>	<b>336.694</b>	<b>Não circulante</b>	<b>223.001</b>	<b>178.531</b>	<b>241.415</b>	<b>187.093</b>
Partes relacionadas.....	6.763	24.921	4.570	24.921	Empréstimos e financiamentos.....	152.580	110.169	156.406	118.079
IRPJ e CSLL diferidos.....	435	10.355	4.003	10.355	Impostos e contribuições a recolher.....	13.472	19.705	13.992	20.357
Outros créditos.....	653	390	928	501	IRPJ e CSLL diferidos.....	49.232	46.972	53.961	46.972
Propriedade para investimento.....	12.717	5.167	12.717	5.167	Provisão para garantias.....	135	277	173	277
					Provisão para contingências.....	1.582	1.408	9.468	1.408
					Outras contas a pagar.....	6.000	-	7.415	-
<b>Investimentos</b>	<b>60.332</b>	<b>30.291</b>	<b>6.541</b>	<b>6.500</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>166.883</b>	<b>146.116</b>	<b>166.916</b>	<b>146.147</b>
					<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>166.883</b>	<b>146.116</b>	<b>166.883</b>	<b>146.116</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>286.603</b>	<b>285.682</b>	<b>321.318</b>	<b>288.698</b>	Capital social.....	60.015	60.015	60.015	60.015
					Ajustes de avaliação patrimonial.....	23.530	26.146	23.530	26.146
<b>Intangível</b>	<b>552</b>	<b>552</b>	<b>916</b>	<b>552</b>	Reserva de lucros.....	83.338	59.955	83.338	59.955
<b>Total ativo</b>	<b>619.173</b>	<b>528.907</b>	<b>632.366</b>	<b>541.668</b>	<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores</b>	-	-	33	31
					<b>Total passivo</b>	<b>619.173</b>	<b>528.907</b>	<b>632.366</b>	<b>541.668</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>542.483</b>	<b>448.186</b>	<b>592.611</b>	<b>498.817</b>
Custo dos produtos vendidos.....	(343.438)	(283.716)	(371.659)	(315.334)
<b>Lucro bruto</b>	<b>199.045</b>	<b>164.470</b>	<b>220.952</b>	<b>183.483</b>
Despesas comerciais.....	(76.410)	(63.311)	(84.382)	(68.621)
Despesas gerais e administrativas.....	(40.963)	(29.727)	(47.381)	(33.730)
Despesas com marketing.....	(4.535)	(4.772)	(4.598)	(4.813)
Despesas tributárias.....	(736)	(284)	(1.179)	(636)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	(810)	(3.114)	(890)	(3.152)
Outras receitas operacionais, líquidas..	35.860	3.655	35.741	8.691
Resultado da equivalência patrimonial...	4.555	10.032	-	-
<b>Lucro líquido antes do resultado financeiro</b>	<b>116.006</b>	<b>76.949</b>	<b>118.263</b>	<b>81.222</b>
Receitas financeiras.....	37.519	5.725	39.817	8.152
Despesas financeiras.....	(38.829)	(38.319)	(40.677)	(39.982)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>114.696</b>	<b>44.355</b>	<b>117.403</b>	<b>49.392</b>
Imposto de renda e contribuição social...	(22.866)	(3.295)	(26.376)	(8.323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(13.528)	(4.161)	(12.723)	(4.161)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>78.302</b>	<b>36.899</b>	<b>78.304</b>	<b>36.908</b>
Lucro líquido por ação (R\$ 1,00).....	1,30	0,61	1,30	0,61
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores.....	-	-	78.302	36.899
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores.....	-	-	2	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Destinar				
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>60.015</b>	<b>26.886</b>	-	-	<b>33.184</b>	<b>120.085</b>	<b>12</b>	<b>120.097</b>	
Realização por baixa de bens.....	-	(740)	-	-	1.035	295	-	295	
Outras adições.....	-	-	-	-	-	-	10	10	
(-) Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(2.400)	(2.400)	-	(2.400)	
Lucro Líquido do exercício.....	-	-	-	-	36.899	36.899	9	36.908	
(-) Constituição de reserva.....	-	-	1.845	-	26.291	(28.136)	-	-	
(-) Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(8.763)	(8.763)	-	(8.763)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>60.015</b>	<b>26.146</b>	<b>1.845</b>	-	<b>58.110</b>	<b>146.116</b>	<b>31</b>	<b>146.147</b>	
Realização por baixa de bens.....	-	(2.616)	-	-	1.023	(1.593)	-	(1.593)	
(-) Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(37.437)	(37.437)	-	(37.437)	
Lucro Líquido do exercício.....	-	-	-	-	78.302	78.302	2	78.304	
(-) Constituição de reserva.....	-	-	3.896	-	55.514	(59.797)	-	-	
(-) Dividendos propostos.....	-	-	-	-	(18.505)	(18.505)	-	(18.505)	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>60.015</b>	<b>23.530</b>	<b>5.741</b>	-	<b>77.210</b>	<b>166.883</b>	<b>33</b>	<b>166.916</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração de resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>78.302</b>	<b>36.899</b>	<b>78.304</b>	<b>36.908</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(1.593)	295	(1.593)	295
<b>Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos</b>	<b>76.709</b>	<b>37.194</b>	<b>76.711</b>	<b>37.203</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Grupo K1 S/A é uma sociedade anônima, com sede na Cidade de Tupandi, no Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 200 mil m<sup>2</sup> e aproximadamente 1.900 colaboradores. A Moveis K1 Ltda. era uma empresa de responsabilidade limitada organizada segundo a legislação brasileira, porém em 11 de maio de 2020, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima e teve sua denominação social alterada para "Grupo K1 S/A". A Grupo K1 S/A, tem por objetivo explorar isoladamente ou cumulativamente as atividades de indústria, comércio e exportação de móveis; importação de produtos, matéria-prima e móveis; indústrias de móveis de metal e utensílios domésticos.

**a) Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis:** A Companhia vem acompanhando a evolução do Covid-19 no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores para que adotem as medidas preventivas quanto ao distanciamento social, seja interno ou externo, viagens e reuniões, assim como os efeitos no nosso mercado interno e externo. A Companhia, através de seus canais de comunicação, orientou todos os colaboradores em relação aos cuidados relacionados a evitar a proliferação da contaminação da Covid-19, seja na companhia ou em suas respectivas casas. Podemos citar algumas das ações tomadas: Higiene completa dos ambientes; Distribuição de máscara de proteção para todos os colaboradores; Triagem na entrada; Campanhas de conscientização de distanciamento social; Home Office, visando diminuir a concentração de funcionários nas áreas administrativas; foi determinado o devido distanciamento das mesas e cadeiras no refeitório; e, campanhas de conscientização da vacinação. Com essas ações de prevenção, visamos conter a proliferação do vírus no ambiente de trabalho e domiciliar dos nossos colaboradores.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis do Grupo K1 S/A, foram aprovadas em reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2022. As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com atendimento à Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos ainda que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada.

**a) Demonstrações Contábeis Consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e, integralmente, das controladas K1 Colchões Ltda, Grupo K1 Nordeste S/A e BTZ Indústria e Comércio de Móveis Ltda. **b) Critérios de Consolidação:** No processo de consolidação os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e destacadas as parcelas de lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas/quotistas minoritários.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**a) Critérios de Apuração das Receitas e Despesas:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Estimativas Contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para contingências, provisão para perdas sobre créditos e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas

periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. **c) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo foram submetidos aos ajustes para reconhecimento do valor presente. O mesmo tratamento foi aplicado aos itens de curto prazo, naqueles casos em que os efeitos apurados foram considerados relevantes. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo. Os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores de caixa, são considerados como equivalente de caixa. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos de curto prazo. **e) Contas a Receber de Clientes:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2021 correspondia, em média, 1,20% a.m. **f) Estoques:** Os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de produção. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, materiais de embalagem e materiais de consumo, estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na recuperação dos créditos. **h) Investimentos:** Os investimentos nos quais a companhia possui influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. **i) Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil de cada bem, estimada pela Administração. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Em cumprimento ao contido no CPC 01, a companhia efetuou uma revisão no valor contábil dos ativos relevantes integrantes do ativo imobilizado, com vistas a verificar se os mesmos não estavam registrados por valor superior ao de recuperação por uso ou venda. Da análise realizada, foi constatado que, considerando o conjunto das unidades geradoras de caixa, não há perdas por desvalorização de ativos porque o valor líquido de venda das principais unidades supera, em muito, o valor líquido contábil de todo o ativo imobilizado. **k) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo a legislação fiscal, sendo 15% para o IRPJ, mais o adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação e 9% para a contribuição social. **l) Conversões de Operações em Moeda Estrangeira:** A moeda funcional da companhia é o real (R\$). Transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os direitos e obrigações em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio na data de fechamento. Os ganhos e perdas de variações cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado. **m) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que

Tupandi, RS, 28 de março de 2022.

**CARLOS LUIZ SOST**  
Sócio - Diretor - CPF 446.587.100-72

**CELSO THEISEN**  
Sócio - Diretor - CPF 467.759.270-53

**DAÍSA SCHAEGLER ERBES**  
Contadora - CRC/RS 076386/0-3 - CPF 991.914.900-49

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do **GRUPO K1 S/A**, Tupandi - RS

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **Grupo K1 S/A**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do **Grupo K1 S/A**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 28 de março de 2022.

**Carlos Alberto dos Santos**  
Contador - CRCRS nº 69.366

**Ricardo Schmidt**  
Contador - CRCRS nº 45.160

**Taticca Auditores Independentes S/S**  
CRCRS 009308/F CVM 12.220

# PUBLICIDADE LEGAL

HOTEL GLÓRIA S.A.		Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos. Uruguiana/RS, 28/02/2022.	
CNPJ: 98.408.180/0001-40 - NIRC 43300017834		As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços - Exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 - (Valores expressos em reais)	
<b>Balancos Patrimoniais</b>			
		<b>Demonstrações do Resultado</b>	
		<b>Demonstrações Origens e Aplicações de Recursos</b>	
<b>Ativo/Circulante:</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Disponível	42.708,01	27.952,56	229.935,69
Caixa e bancos	268,21	3.339,31	30,58
Aplicações	42.439,80	24.613,25	(-)/Devoluções e impostos
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>42.170,02</b>	<b>173.376,77</b>	<b>1.058,18</b>
Contas a receber	630,92	2.857,14	Custo Vendas e Serviços
Adiant. a fornecedores	9.261,96	139.564,28	<b>Lucro Operac. Líquida</b>
Adiant. p/empregados	2.000,00	-	<b>Receitas(Desp.)Operac.</b>
Estoques	7.044,07	7.722,28	Desp. gerais e administ.
Impostos a recuperar	23.233,07	23.233,07	Remuneração administ.
<b>Total do circulante</b>	<b>84.878,03</b>	<b>201.329,33</b>	Result. operações financ.
<b>Permanente/Investimentos:</b>			Outras rec. (desp.)operac.
Particip.outras empresas	5.135,91	5.135,91	<b>Lucro (Prej.) Operac.</b>
Particip.incentivos fiscais	6.925,47	6.925,47	<b>Lucro (Prej.) antes I.R.</b>
Outras participações	2.947,80	2.947,80	<b>Lucro (Prej.) Social</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>15.009,18</b>	<b>15.009,18</b>	<b>Lucro (Prej.) Líq. Exerc.</b>
<b>Imobilizado:</b>			
Imobilizações técnicas	2.744.097,87	-	Lucro (prejuízo) líq. por
Depreciação	(2.348.098,12)	-	ação capital social - R\$
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>395.999,75</b>	-	(4,18)
<b>Total do Ativo</b>	<b>495.886,96</b>	<b>216.338,51</b>	(6,28)
<b>Passivo/Circulante:</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Fornecedores	28.680,73	501,98	oito centavos) com a incorporação do saldo do pa-
Obrigações sociais	30.622,39	30.085,18	trímônio líquido no valor de R\$264.893,47 (duzentos
Obrigações fiscais	4.077,94	2.520,56	e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três
Provisão para férias	40.028,86	45.064,16	reais e quarenta e sete centavos). As demonstrações
Outras contas a pagar	6.222.160,84	5.396.349,10	contábeis foram preparadas de acordo com as práti-
<b>Total do circulante</b>	<b>6.325.590,76</b>	<b>5.474.520,98</b>	cas contábeis emanadas da legislação brasileira, as
<b>Patrimônio Líquido:</b>			quais não prevêm, desde 31/12/1995, o reconhe-
Capital social	1.887.197,28	1.622.303,81	cimento dos efeitos inflacionários sobre os elemen-
Reservas de capital	223.721,65	223.721,65	tos do balanço patrimonial. <b>As principais práticas</b>
Reservas de lucros	(7.940.622,73)	(7.104.207,93)	<b>contábeis são:</b> a. As aplicações financeiras estão
<b>Total Patrimônio Líq.</b>	<b>(5.829.703,80)</b>	<b>(5.258.182,47)</b>	registradas ao custo acrescido dos rendimentos au-
<b>Total do Passivo</b>	<b>495.886,96</b>	<b>216.338,51</b>	feridos até a data do balanço. b. O estoques estão
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>			
<b>1. Contexto Operacional:</b> A Sociedade tem por objeto social explorar no Estado ou fora dele, a indústria hoteleira e o comércio, importação e exportação das mercadorias em dita indústria correlatas. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 31/12/2021 foi aprovado a incorporação das ações da Empresa Glória Administração e Participações S/A., inscrita no CNPJ sob nº 19.909.442/0001-83 e registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43300056961, passando assim o Capital Social de R\$1.622.303,81 (um milhão seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e três reais e oitenta e um centavos) para R\$1.887.197,28 (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e sete reais e vinte e			
incorporado da empresa Glória Administração e Participações S/A., conforme ata AGE do dia 31/12/2021. e. As depreciações acumuladas foram computadas pelo método linear, tomando-se em consideração a vida útil provável dos bens, de acordo com as taxas permitidas, que em 31/12/2021, foram incorporadas da empresa Glória Administração e Participações S/A., conforme ata AGE do dia 31/12/2021.			
<b>Solon Brandi Sastre</b> Diretor-Presidente - CPF nº 125.192.430-15 <b>Maria Luiza O. de Faria Correa</b> Diretora - CPF nº 074.596.250-15 <b>Luiz Onofre C. Selso</b> - Técn. Contábil CRCRS nº 44.134 - CPF nº 333.060.870-68			
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>		<b>Reserva de Lucros</b>	
	<b>Capital Social</b>	<b>Res. de Capital</b>	<b>Lucros</b>
	<b>Subscrito e Realizado</b>	<b>Corr. Monet. do Capital</b>	<b>Res. p/Pagam. de Dividendos</b>
Saldo em 31/Dez./2019	1.622.303,81	223.721,65	102.930,58
Result. Exerc.: Lucro (prej.) líq. exerc.	-	-	-
Saldo em 31/Dez./2020	1.622.303,81	223.721,65	102.930,58
Transfer. por incorporação da empresa Glória Administr. e Participações S.A.	264.893,47	-	-
Result. Exerc.: Lucro (prej.) líq. exerc.	-	-	-
Saldo em 31/Dez./2021	1.887.197,28	223.721,65	102.930,58

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC





Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98 - Reg. no CNSS (CNAS) sob nº 110.556/62  
 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2010

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

SRAS. ASSOCIADAS: Submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Santa Maria, 31 de dezembro de 2021. A Diretoria.

**BALANÇO PATRIMONIAL RELATIVO AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 (em reais)**

Ativo	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO		Passivo Circulante	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020			Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>4</b>						<b>4.h</b>						
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.a,b</b>												
Caixa		265,97	686,81	1.301,86	2.254,64	4.323,98	10	42.756,47	-	1.956,82	44.713,29	34.346,18	
Banco Conta Corrente		-	389,41	-	389,41	-	10	103.799,65	4.146,89	3.580,64	111.527,18	72.730,21	
Banco Conta Corrente com Restrição		2.270,25	1,00	8,30	2.279,55	2.620,54	10	-	-	10.326,88	60.316,31	6.343,99	
Banco Aplicações Financeiras		-	3.603,81	-	3.603,81	-	10	60.316,31	-	-	-	1.091,61	
Banco Aplic. Financeiras com Restrição		239.237,20	45.360,91	6.081.291,54	6.365.889,65	7.119.502,84	4,j	160.734,11	7.429,32	8.254,00	176.417,43	107.836,47	
Titulos de Capitalização		-	75.922,30	-	75.922,30	3.174,15	4,j	12.836,23	594,34	660,31	14.090,88	9.705,89	
		<b>241.773,42</b>	<b>125.964,24</b>	<b>6.110.458,33</b>	<b>6.478.195,99</b>	<b>7.122.778,75</b>	11	9.380,80	-	-	9.380,80	14.305,76	
<b>Receiváveis de Clientes e Outros Receiváveis</b>							10	-	710,87	-	710,87	48,06	
Contribuições Escolares a Receber	4.c	697.284,57	-	-	697.284,57	821.348,66	10	-	76.486,54	-	76.486,54	34.126,09	
Subvenções Com Restrição a Receber	4.c	-	28.796,50	-	28.796,50	-	10	-	31.514,61	-	31.514,61	-	
(-) Perdas Estimadas s/ Créditos													
Liquidação Duvidosa	4.d	(623.970,46)	-	-	(623.970,46)	(693.654,28)							
Adiantamentos		10.254,09	5.268,81	29.000,00	44.522,90	426,12							
Despesas Antecipadas	6	-	-	1.432,71	1.432,71	2.989,61							
Outros Valores a Receber	6	-	-	3.463,51	3.463,51	5.239,08							
		<b>83.568,20</b>	<b>34.065,31</b>	<b>33.896,22</b>	<b>151.529,73</b>	<b>136.349,19</b>							
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>325.341,62</b>	<b>160.029,55</b>	<b>6.144.354,55</b>	<b>6.629.725,72</b>	<b>7.319.148,94</b>							
<b>Não Circulante</b>	<b>7 e 8</b>												
<b>Propriedades para Investimentos</b>	<b>7</b>												
Imóveis		-	-	3.141.138,87	3.141.138,87	3.141.138,87							
(-) Depreciação Acumulada	4.e	-	-	(385.727,64)	(385.727,64)	(362.625,12)							
<b>Imobilizado/Intangível</b>	<b>8</b>												
Imóveis	4.f	12.641.000,05	1.465.975,30	2.294.813,82	16.401.789,17	16.407.207,32							
Obras em Andamento	4.g	51.783,98	25.569,40	1.035.863,43	1.113.216,81	841.242,51							
Motores e Aparelhos	4.f	393.804,62	16.686,00	50.018,47	460.509,09	358.961,15							
Móveis e Utensílios	4.f	226.125,99	5.900,00	130.816,02	362.842,01	455.843,68							
Veículos	4.f	-	142.908,54	-	142.908,54	142.908,54							
Direitos		10.210,00	-	-	10.210,00	9.300,00							
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	4.e	(2.148.505,12)	(284.574,06)	(460.124,51)	(2.893.203,69)	(2.895.604,05)							
<b>Total Ativo Não Circulante</b>		<b>11.174.419,52</b>	<b>1.372.465,18</b>	<b>5.806.798,46</b>	<b>18.353.683,16</b>	<b>18.098.372,90</b>							
<b>Total do Ativo</b>		<b>11.499.761,14</b>	<b>1.532.494,73</b>	<b>11.951.153,01</b>	<b>24.983.408,88</b>	<b>25.417.521,84</b>							

\*As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis\*

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)**

	Patrimônio Social	Déficit do Período	Ajuste Av. Patrimonial	Superávit Acumulado	Patrimônio Liq. Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>19.988.355,53</b>	<b>(186.215,44)</b>	<b>5.952.012,46</b>	<b>148.800,36</b>	<b>25.902.952,91</b>
Incorporação resultado Ex/2019 ao PS	(186.215,44)	186.215,44	-	(148.800,36)	(148.800,36)
Déficit do Período 2020	-	(765.546,62)	-	-	(765.546,62)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	148.800,36	-	(148.800,36)	148.800,36	148.800,36
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>19.950.940,45</b>	<b>(765.546,62)</b>	<b>5.803.212,10</b>	<b>148.800,36</b>	<b>25.137.406,29</b>
Incorporação resultado Ex/2020 ao PS	(765.546,62)	765.546,62	-	(148.800,36)	(148.800,36)
Déficit do Período 2021	-	(690.573,81)	-	-	(690.573,81)
Real. Ajuste Aval.Patrimonial	148.800,36	-	(72.523,08)	72.523,08	148.800,36
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>19.334.194,19</b>	<b>(690.573,81)</b>	<b>5.730.689,02</b>	<b>72.523,08</b>	<b>24.446.832,48</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 31/12/2020**

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA** é associação, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, beneficente, de natureza educacional, assistencial, científica e cultural. Possui sua área de atuação preponderante na educação e sua área de atuação secundária é cultural, social e científica, conforme os artigos 1º, 5º (Incisos I, II, III, IV, V) e 6º do seu Estatuto Social. É detentora do Título de Utilidade Pública Estadual Decreto nº 21.712 de 04/05/1972, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.315, de 19/04/1968, inscrita no Conselho Estadual de Educação sob nº 141, no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 016, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob nº 103, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pelo MEC pela Portaria nº 25, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2020, vigência: 31/12/2015 a 30/12/2018 e tem como finalidade estatutária, conforme artigo 5º: I. manter a educação básica, formada pela Educação Infantil – creche e pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio; II. proporcionar ao educando o desenvolvimento que lhe assegure a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores; III. capacitar o aluno de nível médio, com conhecimentos técnicos, teóricos e práticos nas diversas atividades, oportunizando acesso ao mercado de trabalho, além da perspectiva de habilitação, qualificação e ou reinserção no setor produtivo; IV. educar as crianças, adolescentes, com programação integrada de lazer, esporte, convivência e bem estar; V. promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social; VI. desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteada pelos princípios cristãos, éticos, educacionais, sociais no compromisso com a comunidade, especialmente com a família; VII. formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade; VIII. oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no País; IX. ser um espaço de fortalecimento da mística, dos valores éticos, da espiritualidade e da cidadania, como vivência e manifestação do Amor Divino; X. desenvolver projetos de Proteção Social, visando o resgate da cidadania, a dignidade humana e a inclusão social; XI. desenvolver projetos de proteção social para pessoas idosas, visando a qualidade de vida saudável; XII. desenvolver projetos, programas e serviços socioassistenciais conforme a legislação em vigor.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2021 e 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 - R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente pela ITG 2002 - R1, que estabeleceu novos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro.

**NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITAÇÃO CONTÁBIL, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (ITG 2000 - R1)** - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em seu arquivo e em boa ordem a documentação contábil.

**NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03- R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC - TG 26 - R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **c) Ativo Circulante - Contas a Receber (Receiváveis de Clientes e Outros Receiváveis):** As contas a receber (receiváveis de clientes e outros receiváveis) são registradas pelo valor faturado. **d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Esta perda estimada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002 - R1 em seu item 14. **e) Depreciações:** Foram calculadas com base na revisão da vida útil dos bens, conforme Nota Explicativa nº 07 e 08, levando em conta a vida útil-econômica dos bens. **f) Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 07 e 08 e leva em consideração o tempo de vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC - TG 27 - R4). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **g) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. **h) Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **i) Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **j) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **k) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **l) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **m) As Despesas, os custos e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao Princípio da competência. **n) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Princípio da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber), e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **o) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado e Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**NOTA 05 - MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS** - Conforme determinação da Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC TG 27 - R4), a Entidade revisou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Em caso de alteração, conforme prevista na Resolução CFC nº 1.179/09 (NBC TG 23 - R2) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, será considerado uma mudança de estimativa contábil prospectiva (vida útil de um ativo depreciável ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo), afetando a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescente do ativo.

**NOTA 06 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES** - Este grupo é composto pelos seguros contratados no exercício 2021, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, outros valores a receber (impostos a restituir e aluguéis a receber) das atividades sustentáveis.

**NOTA 07 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO** - Conforme determina a Resolução CFC nº 1.178/2009 que aprovou a NBC TG 28 - R4 - Propriedades para Investimento, Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas. O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação, conforme segue abaixo:

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO** Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

	Nota	ATIVIDADES SEGREGADAS			CONSOLIDADO	
		Educação	Social	Ativ. Sust.	2021	2020
<b>Receita Bruta</b>	<b>4.i</b>	<b>3.064.711,49</b>	<b>58.684,64</b>	<b>521.090,71</b>	<b>3.644.486,84</b>	<b>2.613.211,79</b>
Encargos Educacionais	16	3.037.010,00	-	-	3.037.010,00	2.033.230,00
Outros Serviços Educacionais	16	240,00	-	-	240,00	10.132,20
Trabalhos de Secretaria	16	679,00	-	-	679,00	350,00
Juros e Multas Recebidos		10.828,46	-	-	10.828,46	7.242,99
Descontos Obtidos		2.021,66	442,00	-	2.463,66	4.114,49
Doações Recebidas sem restrição	16.d	5.376,00	24.000,00	360,09	29.736,09	60.509,41
Doações de Associadas sem restrição	16.d	-	-	22.892,82	22.892,82	-
Receitas com Subvenções com Restrição	15	-	13.556,35	-	13.556,35	24.228,38
Receitas com Projetos com Restrição	16	-	2.849,21	-	2.849,21	-
Rendimento de Aplicações Financeiras	16	3.809,73	1.563,08	280.994,74	286.367,55	218.464,33
Participação em Feiras e Eventos	16	-	16.274,00	-	16.274,00	3.437,00
Receitas de Aluguéis	17	-	-	214.923,55	214.923,55	247.062,27
Ressarcimento de Despesas	16	4.746,64	-	1.919,51	6.666,15	3.565,39
Receitas Diversas	16.e	-	-	-	-	4.578,33

**(-) Deduções** (1.317.171,47) (727.475,47) (436.052,00) (151.644,00) (1.317.171,47) (73.500,27) (330.080,00) (181.969,50) (23.990,59)

**Receita Líquida** 1.747.540,02 58.684,64 521.090,71 2.327.315,37 2.003.671,43

**Custos Dos Serviços e Atividades** 4.1 (2.584.174,75) (89.317,36) (92.944,31) (2.766.436,42) (2.440.920,87)  
 Gastos com Pessoal e Encargos (1.935.778,42) (71.700,36) (61.102,73) (2.068.581,51) (1.860.671,04)  
 Serviços Prestados por Terceiros (185.565,89) (17.617,00) (31.841,58) (235.024,47) (235.393,18)  
 Conservação, Consumo, Materiais Gerais (462.830,44) - - (462.830,44) (344.856,65)  
**Superávit/Déficit Bruto** (836.634,73) (30.632,72) 428.146,40 (439.121,05) (437.249,44)

**Despesas Operacionais** 4.1 (124.984,71) (56.705,36) (70.162,69) (251.852,76) (328.210,78)  
 Despesas com Subvenções com Restrição 15 - (13.556,35) - (13.556,35) (24.228,38)  
 Despesas com Projetos com Restrição 34 - (2.849,21) - (2.849,21) -  
 Despesas com Manutenções - (21.647,77) (20.695,06) (42.342,83) (70.561,20)  
 Despesas Financeiras e Tributárias (15.069,65) (182,45) (7.062,87) (23.214,97) (33.352,39)  
 Encargos com Depreciação e Amortização 4.e (109.915,06) (18.469,58) (42.404,76) (170.789,40) (200.068,81)  
**Superávit/Déficit Operacional** (961.619,44) (87.338,08) 357.983,71 (690.973,81) (765.466,22)

>>> Continuação >>>

# SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA

Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98  
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020

## ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM 31/12/2021

BENS	TX DEPREC. ANUAL MÉDIA S/RESIDUAL	CUSTO (R\$)	DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)
TERRENOS	-	4.279.601,60	0	4.279.601,60
PRÉDIOS	1,14%	12.112.532,57	2.114.868,73	9.997.663,84
OBRAS EM ANDAMENTO	-	1.113.216,81	0	1.113.216,81
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%	241.654,25	135.792,93	105.861,32
MÁQUINAS EM GERAL	10%	22.477,99	22.477,99	0,00
APARELHOS EM GERAL	10%	196.376,85	129.096,83	67.280,02
MOBÍLIA EM GERAL	10%	310.374,41	302.273,62	8.100,79
MATERIAL DID. LABORATÓRIO	10%	27.162,60	7.735,41	19.427,19
INSTRUMENTOS MUSICAIS	10%	8.170,00	8.170,00	0,00
UTENSÍLIOS DE CULTO E ARTE	20%	17.135,00	17.135,00	0,00
VEÍCULOS	28,92%	142.908,54	141.919,30	989,24
INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS	10%	9.655,00	9.614,33	40,67
SOFTWARES	10%	10.210,00	4.119,55	6.090,45
<b>TOTAIS</b>		<b>18.491.475,62</b>	<b>2.893.203,69</b>	<b>15.598.271,93</b>

**NOTA 09 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS** - As obrigações sociais foram cumpridas no prazo.

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (Passivo Circulante)** - Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de Contribuições Previdenciárias e Tributárias, Salário a Pagar, Provisões Trabalhistas e seus encargos, Contas a Pagar Com Restrição e Sem Restrição, Fornecedores a Pagar, Subvenções a Realizar Com Restrição, Projetos a Realizar Com Restrição e Receitas Antecipadas.

**NOTA 11 – RECEITAS ANTECIPADAS (Passivo Circulante)** - Refere-se a valores que foram transferidos para o Passivo Circulante, conta Receitas Antecipadas, que engloba as receitas de encargos educacionais de 2022, efetivamente recebidas em 2021, sendo que já estão deduzidos dos custos e despesas correspondentes (incorridas). Tais receitas e despesas do exercício de 2022, não possuem qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da Entidade.

**NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, diminuído dos déficits ocorridos, ajustes de avaliação patrimonial e o Superávit Acumulado considerado, enquanto não computados no resultado do período em obediência ao princípio de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, na oportunidade. Em consonância com a Resolução CFC Nº 1.159 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado, na oportunidade. O saldo da conta de ajuste de Avaliação Patrimonial é baixado progressivamente pelo Custo da Depreciação do Imobilizado correspondente, pela venda do bem e após autorização da Assembleia, quando se tratar de ajuste com saldo devedor e imóveis que não sofrem depreciação, tendo como contrapartida a conta Superávit/Déficit Acumulado.

**NOTA 13 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** - A Entidade contratou uma empresa especializada para revisar o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM Nº 639/10, Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01-R4). Quando tais evidências são identificadas, o que não foi o caso em 2021, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade e, assim, desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos exercícios de 2019 e 2020, mais o exercício em curso (2021). Conclui-se que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**NOTA 14 - AJUSTE A VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No. 1.151/09)** - Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, passivamente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC nº 1.151/09, que aprova NBC TG 12.

**NOTA 15 – SUBVENÇÕES E/OU CONVENIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2)** - São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07 – R2). A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções com Restrição do Poder Público Municipal e Estadual:

Exercício	Concedente	Nº Convênio	Vi. Recebido (R\$)	Vi. Realizado (R\$)
2021	Governo Municipal	08/2021	9.700,00	0,00
2021	Governo Municipal	09/2021	17.037,56	0,00
2020	Governo Estadual	003/2020	15.000,00	0,00
2020	Governo Municipal	013/2020	30.000,00	13.556,35
2020	Governo Municipal	012/2020	5.500,00	5.500,00
2020	Governo Municipal	011/2020	7.828,38	7.828,38
	<b>Total Geral</b>	-----	<b>85.065,94</b>	<b>26.884,73</b>

**NOTA 16 – RECEITAS** - As receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), conforme art. 61 do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei nº 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme o art. 61 do Estatuto Social) também seguem o mesmo critério ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
304/305/310	Prestação Serviço Educacional	3.037.010,00
350	Subvenções para Serviços Sociais	13.556,35
361	Atividades Sustentáveis	521.090,71

As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão no art.61 do seu Estatuto Social, e para que a Entidade faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os requisitos abaixo: a) As atividades sustentáveis (meios) possuem previsão estatutária; b) O Estatuto Social indica que os recursos (superávit) obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins (objetivos sociais); c) A Demonstração do Resultado do Período da Entidade demonstrou que as atividades sustentáveis são superavitárias, ou seja, geram recursos para a manutenção das atividades fins (objetivos sociais); d) A Entidade recebeu doações sem restrição, de Associações também da Associação de Pais e Mestres da Escola Mãe Admirável (APEMMA); e) Na Conta Receitas Diversas foram lançadas entrada de valor referente a uso da Marca da SAEMA e outro pequenos valores não classificáveis em outra conta.

**NOTA 17 – ALUGUÉIS** - No exercício de 2021, a Entidade constituiu Imóveis para Investimento por entender que a receita de aluguel contabilizada tem origem no compartilhamento de alguns espaços físicos e aluguéis de alguns imóveis.

**NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS** - Conforme a Resolução CFC nº 1.152/09, que aprova a NBC TG 13 e 1.157/09, que aprova CTG 02 e a Medida Provisória nº 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
583 / 584 / 611	Isenção de Contribuição Social – Cota Patronal	331.035,01
585	Isenção de Contribuição Social – Autônomos	910,40
607 / 608 / 614	Isenção de Contribuição Social – RAT	8.275,86
605 / 606 / 621	Isenção de Contribuição Social – Terceiros	74.482,96
622	COFINS	91.137,87
326	Voluntários	45.384,52
520	Perda na Alienação do Imobilizado	0,00
479	Voluntários	45.384,52

**NOTA 19 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC** - A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – R3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

**NOTA 20 – DO RESULTADO DO PERÍODO** - O Déficit do Período será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 – R1, em especial no item 15.

**NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros, considerados suficientes, atendendo assim, principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

**NOTA 22 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA** - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

**NOTA 23 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE** - A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

**NOTA 24 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE** - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, prevista no artigo 9º, do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: • a instituição é regida pela Constituição Federal; • a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

**NOTA 25 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA** - A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.69 do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.68 do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.63 do Estatuto Social).

**NOTA 26 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA** - A ENTIDADE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 12.101/09 e Decreto 8.242/14.

**NOTA 27 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO** - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e artigo 1º da Lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: • a instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

**NOTA 28 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA** - A Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável - SAEMA é uma Entidade Beneficente de Assistência Social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos:

**ESTATUTÁRIOS** • não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 69 do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 68 do Estatuto Social); • não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.70 do Estatuto Social); • atende

o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); • tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.71 do Estatuto Social);

**OPERACIONAIS E CONTÁBEIS** • possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

**NOTA 29 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS/IMUNES)** - A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), válido. Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção/imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS** → 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; → RAT/SAT (1%, 2% ou 3%) → TERCEIROS (4,5% - Educação) → COFINS - 3% → CSLL - Contribuição Social de 09% sobre o Lucro Líquido. Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, entendemos que é inaplicável à entidade sem fins lucrativos, pois, não possuem "lucro" conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência. Outrossim, vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com LUCRO. Desta feita, entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não está sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro.

**FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS**  
Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC No. 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), onde não podemos compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2021:

<b>REGISTRO DA DESPESA</b> - GRUPO ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	
D – Isenção de Contribuições Sociais (OUTRAS DESPESAS)	– R\$ 505.842,10
C – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO)	– R\$ 505.842,10
<b>REGISTRO DA RECEITA</b> - GRUPO ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	
D – Contribuições Sociais Usufruídas (PASSIVO)	– R\$ 505.842,10
C – Isenção de Contribuições Sociais (OUTRAS RECEITAS)	– R\$ 505.842,10

**NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS** - Conforme determinação do artigo 40, da Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14, a Entidade já procedeu o recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida, e como consequência, por elas regulamentadas. Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 8.242/14, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

**NOTA 31 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA** - A ENTIDADE, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto nº 8.242/14, oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais, a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo.* • *A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.*

**NOTA 32 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS** - Em atendimento ao art. 13 da Lei 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 a instituição deve conceder uma bolsa integral para cada cinco estudantes pagantes, sendo que poderá computar as bolsas parciais de 50% desde que tenha cumprido no mínimo uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes. Conforme o art. 16 da Lei 12.868/13, considerando a situação atual da Instituição, os critérios a serem adotados para concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS serão os vigentes até a data de publicação desta Lei. Conforme demonstrativo abaixo, a Instituição atendeu ao mínimo exigido pela legislação:

Educação Básica - 2021 (artigo 13 Lei 12.101/2009)		
Total de alunos matriculados (*)		260
Alunos bolsa integral		41
Alunos pagantes		219
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/5)		44
Mínimo a fazer de bolsista 100% (1/9)		24
Número total de alunos com bolsa integral		41
Alunos bolsa parcial de 50%		26
Alunos bolsa parcial de 50% equivalente a 100%		13
TOTAL DE BOLSAS CONCEDIDAS (100% e 50%)		54
BOLSAS CONCEDIDAS A MAIS		10

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos de Declaração opostos pela União Federal contra o Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4480, proposta contra os artigos 1º, 13, parágrafos e incisos; 14, §§ 1º e 2º; 18, §§ 1º, 2º e 3º; 29 e seus incisos; 31 e 32, § 1º, todos da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009. Em resumo, o artigo 195, § 7º da CF, que estabelece imunidade, e não isenção, matéria que não poderia ser disciplinada por lei ordinária, como é o caso da Lei 12.101/2009, somente poderá ser disciplinada por lei complementar. O Plenário do STF, pela maioria de seus integrantes, rejeitou o pedido da União para que fosse modulados os efeitos de inconstitucionalidade diversos dispositivos da Lei 12.101/09, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de imunidade de contribuições para a seguridade social. • Os dispositivos declarados inconstitucionais exigiam contrapartidas das instituições de ensino tais como a concessão anual de bolsas de estudo integrais e parciais para fins de concessão ou renovação da certificação. • Com isso, afastaram-se exigências que versam sobre as condições para a obtenção da certificação, como, por exemplo, critérios de renda familiar para distribuição de bolsas e ações socioassistenciais, bem como o número mínimo de bolsas a ser concedida. Mesmo assim, a Instituição continuou a oferecer bolsas de estudo conforme quadro demonstrativo acima. • Em 16 de dezembro 2021 foi promulgada a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social, e revoga a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.

**NOTA 33 – DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADE** - Considerando como base legal as legislações vigentes e aplicáveis, em 2021, a Entidade apresenta o seguinte resultado de investimento em Gratuidade:

Aplicações em Bolsas	Educação Básica (R\$)
Bolsas Educação Básica integrais (Lei 12.101/09)	438.052,00
Bolsas Educação Básica parciais (Lei 12.101/09)	151.644,00
<b>Total das Gratuitudes Educacionais – 2021</b>	<b>589.696,00</b>

**NOTA 34 – FORMALIZAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS** - A Entidade, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

**NOTA 35 – ORIGEM DOS RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO** - A Entidade em atendimento a Lei nº 12.101/09, Decreto nº 9.242/14 e Resolução do CNAS nº. 16/10 para realização de suas atividades de assistência social demonstra no quadro abaixo as fontes de recursos (art. 61 e 73 do Estatuto Social) para cumprimento de seus objetos sociais, na execução de projetos e convênios, os quais são receitas com restrição:

RECEITAS PARA MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS			
Código Contábil	Rubrica Contábil	Valor Contábil (realizado) – R\$	Valor Contábil (a realizar) – R\$
242	Receita de Subvenção Municipal - LIC	56.818,79	32.281,21
240	Projetos Sociais a Realizar (Serigrafia)	15.408,83	15.408,83
241	Subvenções Municipais (Emenda Impositiva)	28.796,50	28.796,50

**NOTA 36 – VALOR JUSTO DOS TRABALHOS VOLUNTÁRIOS** - A Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita, conforme definido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na ITG 2002-R1. Demonstrado no quadro abaixo os valores dos trabalhos de voluntários:

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
326	Receitas com trabalhos voluntários	45.384,52
479	Despesa com trabalhos voluntários	45.384,52

**NOTA 37 – DESCONTOS CONCEDIDOS S/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - No ano de 2021 houve um aumento dos descontos financeiros sobre a prestação de serviços registrados pelas rubricas de Desconto Financeiro Concedido (467), Desconto Promocional (571), Desconto Funcional (468) e Desconto Educamais (469) estes descontos foram negociados conforme a decisão da diretoria da Escola Mãe Admirável e a sua Mantenedora.

Código Contábil	Rubrica Contábil	Valores (R\$)
467	Desconto Financeiro Concedido	26.498,11
571	Desconto Promocional	119.239,90
468	Desconto Funcional	30.091,96
469	Desconto Educamais	551.645,50
	<b>TOTAL</b>	<b>727.475,47</b>

Santa Maria (RS), 31 de dezembro de 2021.

**Joseana Pereira Carvalho**  
Diretora-Presidente  
CPF: 374.291.402-20

&gt;&gt;&gt; Continuação &gt;&gt;&gt;

**SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA**Sede / Rio Grande do Sul (RS) - CNPJ nº 95.622.585/0001-98  
Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 110.556/62 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Portaria do MEC nº 25, de 05/02/2020**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MÃE ADMIRÁVEL - SAEMA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Porto Alegre - RS, 18 de abril de 2022.

**Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador**  
CRC/SP "S" "RS" 187.003/0-0  
CNAI - SP - 1620

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# MAIOJAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ: 87.346.821/0001-62 • NIRE: 43300065367

Relatório sobre as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021: **Senhores Acionistas**, De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras compreendendo o exercício findo em 31/12/2021. Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e as instituições financeiras nos resultados até então alcançados. A MAIOJAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. é uma companhia que atua no desenvolvimento das atividades de incorporação imobiliária, em empreendimentos residenciais, comerciais, multiuso e em loteamentos de imóveis residenciais, na região sul do Brasil, através da participação societária em sociedades de propósito específico. Também atua na gestão financeira de unidades em construção e de imóveis próprios e de terceiros. Os resultados da companhia provêm das participações societárias nas sociedades de propósito específico que incorporam os empreendimentos imobiliários. No ano de 2021, a receita bruta consolidada da companhia atingiu R\$ 64.713.557 (receita líquida de R\$ 50.865.384), demonstrando redução de 0,79% em relação a 2020 (receita bruta de R\$ 65.225.830 e receita líquida de R\$ 54.669.057). O custo apresentou aumento de 12,06% em 2021 (R\$ 44.770.846), comparativamente a 2020 (R\$ 39.954.017). Os números da Companhia são resultado da decisão dos acionistas de suspender os lançamentos de empreendimentos no período de 2018 a 2021 em virtude da crise no setor imobiliário seguida pela crise econômica e sanitária decorrente do novo coronavírus. No ano de 2022, a Companhia pretende retomar os lançamentos de novos projetos já no primeiro semestre. Estão confirmados lançamentos de dois projetos que totalizam R\$ 185 milhões de VGV (Valor Geral de Vendas) bruto e há a possibilidade de ampliação desse valor para R\$ 300 milhões, caso um terceiro projeto seja viabilizado até o final do primeiro semestre. **Eventos relevantes em 2021:** Crise sanitária - COVID-19 - A crise sanitária do novo coronavírus, que atingiu a sociedade e as empresas no ano de 2020 e resultou em uma crise econômica sem precedentes, foi controlada no ano de 2021, através do início da aplicação de vacinas. Como consequência, as atividades do setor de incorporação imobiliária foram retomadas. • Emissão de debêntures. Em 22 de setembro de 2021, através de Ata de Assembleia Extraordinária, os acionistas aprovaram a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com 3 séries, da espécie quirográfrica, sem garantia real ou fidejussória da Companhia, no montante total de R\$ 100.000.000. As debêntures foram escrituradas em 20 de outubro de 2021 e a primeira série, no montante de R\$ 30.000.000, foi inscrita e integralizada em 29 de outubro de 2021. As controladas, MAIOJAMA Anita Empreendimentos Imobiliários S.A. e DBM Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente Limitadas e convertidas em S.A. de capital fechado no exercício de 2021, também realizaram emissões de debêntures privadas e não conversíveis, sob o regime de garantia real, garantia fidejussória e garantias reais adicionais, nos montantes de R\$ 16.530.000 e R\$ 27.770.000, respectivamente, através de escrituras firmadas em 9 de novembro de 2021 e, cuja subscrição e integralização ocorreram em 19 de novembro de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1				
Nt.	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>34.866.164</b>	<b>27.095.461</b>	<b>140.036.230</b>	<b>173.180.259</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa...	7.127.585	5.061.820	18.793.151	14.958.506
Contas a Receber de Clientes...	5	-	12.921.055	35.132.556
Imóveis a Comercializar...	6	331.305	100.932.350	113.818.453
Custos Iniciais Terrenos...	7	-	11.550	-
Impostos a Recuperar...	1.355.638	1.232.648	6.996.286	6.775.692
Adiantamento a Fornecedores...	5.404	275.739	92.697	2.193.981
Desp. do Exercício Seguinte...	15	25.809.622	19.974.286	61.049
Partes Relacionadas...	107.360	80.700	107.445	81.316
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>29.354.378</b>	<b>17.934.220</b>	<b>9.648.675</b>	<b>5.296.949</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>26.226</b>	<b>84.125</b>	<b>6.125.687</b>	<b>3.502.830</b>
Contas a Receber de Clientes...	5	-	51.321	126.840
Cauç., Dep. e Créd. a Receber	26.226	84.125	3.374.005	1.985
Desp. do Exercício Seguinte...	8	-	1.962	-
Outros Adiantamentos...	8	-	2.320.708	-
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>26.151.998</b>	<b>16.619.563</b>	<b>36.773</b>
Controladas...	26.151.998	16.462.117	-	-
Coligadas...	17.229	137.902	17.229	137.902
Outros...	19.544	19.544	19.544	19.544
<b>Imobilizado</b>	<b>10</b>	<b>3.162.434</b>	<b>1.216.276</b>	<b>3.472.495</b>
Intangível	13.720	14.256	13.720	14.356
<b>Total do Ativo</b>	<b>64.220.542</b>	<b>45.029.681</b>	<b>149.684.905</b>	<b>178.477.208</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABSTRATOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais 1				
Nt.	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)
Outros Resultados Abstratos	-	-	-	-
<b>Resultado Abstrato Total</b>	<b>(27.017.537)</b>	<b>(16.236.048)</b>	<b>(27.029.559)</b>	<b>(16.236.048)</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1						
	Capital Social	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.857.290	26.479.001	(23.165.876)	30.170.415	-	30.170.415
Aumento de Capital	2.730.000	-	-	2.730.000	-	2.730.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(26.479.001)	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(16.236.048)	(16.236.048)	-	(16.236.048)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>56.066.291</b>	<b>-</b>	<b>(39.401.924)</b>	<b>16.664.367</b>	<b>-</b>	<b>16.664.367</b>
Resultado Líquido do Exercício	-	-	(27.017.537)	(27.017.537)	-	(27.017.537)
Aumento de Capital (Não Controladores)	-	-	-	-	(12.022)	(12.022)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>56.066.291</b>	<b>-</b>	<b>(66.419.461)</b>	<b>(10.353.170)</b>	<b>4.690.138</b>	<b>(5.663.032)</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 Em Reais 1

**Nota 1. Contexto Operacional:** A Companhia tem sede social em Porto Alegre - RS e por objeto social a construção civil, as incorporações imobiliárias e os loteamentos de imóveis a compra e venda, a gestão de unidades em construção e de imóveis próprios e de terceiros, e a locação de imóveis próprios; a exploração de centros comerciais (shopping centers); a prestação de serviços de layout e decoração de ambientes, engenharia e projetos; a representação comercial e a participação em outras Sociedades. **Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2021. Essas Demonstrações foram aprovadas pela Diretoria em 23/03/2022. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outro modo. **Nota 3. Práticas Contábeis:** (a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem saldos positivos em caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. (b) **Contas a Receber de Clientes** - Estão corrigidas monetariamente de acordo com os índices previstos nos respectivos contratos. (c) **Imóveis a Comercializar** - São avaliados ao custo de construção ou aquisição, os quais não excedem o valor de mercado. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, projetos, materiais, mão de obra aplicada e despesas com incorporação. (d) **Ajustes a Valor Presente** - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem previsão de remuneração ou sujeitas a juros pré-fixados, juro notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes e reajustes somente pela inflação, sem juros, são ajustados a seu valor presente com base em taxa de juros efetiva, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício em receitas financeiras. Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante. (e) **Investimento em Controladas e Coligadas** - Avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. (f) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado, de acordo com a avaliação efetuada das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado. Os valores residuais e vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia considerou que o efeito da revisão da vida útil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não é significativo e decidiu, desta forma, manter o cálculo da depreciação com as mesmas taxas de depreciação utilizadas anteriormente. (g) **Intangível** - Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. (h) **Valor Recuperável de Ativos** - Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. (i) **Outros Ativos e Passivos** - Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos dois meses, caso contrário ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. (j) **Auração e Apropriação do Resultado de Incorporação Imobiliária e venda de imóveis** - As práticas adotadas seguem os procedimentos e conceitos estabelecidos no NBC TG 47 - Receita de Contratos com Cliente e OCPC 04, os quais estabelecem a realização de registros contábeis referentes ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária. A Administração, após a realização de análises adequadas, optou pela manutenção da utilização do método POC - Percentage of Completion ("over time") de forma a entender que ele retrata de forma mais fidedigna as demonstrações contábeis e que os controles atualmente utilizados atendem de forma eficaz a operação de incorporação imobiliária. O resultado da venda de imóveis é apropriado, considerando: (I) Nas vendas a prazo de unidades concluídas: quando a venda é efetuada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; (II) Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado de acordo com os critérios: 1. As receitas de vendas e os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriadas ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos, incluindo o custo do terreno; 2. As receitas de vendas apuradas, conforme o item (1), incluindo a atualização monetária e juros, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos superiores às receitas contabilizadas são registradas como adiantamento de clientes. 3. O custo orçado é revisado periodicamente e pode ocasionar alterações nas estimativas iniciais. O efeito de tais revisões afeta o resultado prospectivamente, de acordo com a NBC TG 23 (R2). Os juros pré-fixados são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. (k) **Distrito de Contratos** - Na ocorrência de distrito de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente, são revertidos e contabilizados a débito na rubrica "Distritos" e a crédito na rubrica "Custo

Nota 9. Investimentos	a) Controladas										
	CLV	GPBR	PBP	Bucovina	MMV	Lima e Silva	MCM	DBM	QCM	MIP	Anita
Capital social	2.248.000	3.498.474	10.425.000	10.470.000	80.335	1.207.000	195.000	1.200.000	1.000	1.000	1.001
% Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	4.038.839	(681.412)	1.580.628	1.595.228	847.936	4.472.314	88.458	(1.705.114)	(1.431.075)	(1.507.269)	1.383.902
Resultado do exercício	205.804	(1.932.811)	(1.820.787)	(1.843.347)	(599.072)	(604.491)	(242.841)	(6.363.768)	(20.212)	(225.317)	(508.841)
AFAC	-	1.268.000	-	2.691.743	5.139.169	2.200.000	-	4.946.000	-	-	-

Movimentação investimento											
	CLV	GPBR	PBP	Bucovina	MMV	Lima e Silva	MCM	DBM	QCM	MIP	Anita
Saldo inicial	3.833.035	660.000	3.401.415	746.832	79.335	2.876.806	331.299	2.639.654	-	-	1.892.743
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Redução Capital	-	-	-	-	-	-	-	(3.417.000)	-	-	-
Equivalência patrimonial	205.804	(1.932.810)	(1.820.787)	(1.843.347)	(599.072)	(604.491)	(242.841)	(6.363.768)	(20.212)	(225.317)	(508.841)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo a descoberto	-	(676.602)	-	-	(3.771.496)	-	-	(1.410.863)	(1.281.953)	-	-
Transferência passivo	-	1.272.810	-	1.096.515	519.737	-	-	7.141.114	20.212	225.317	-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1				
Nt.	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Rec. Líq. das Vendas e Serv.</b>	<b>367.826</b>	<b>61.885</b>	<b>50.865.384</b>	<b>54.669.057</b>
<b>Custo das Vendas e Serviços</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(44.770.846)</b>	<b>(39.954.017)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>367.826</b>	<b>61.885</b>	<b>6.094.538</b>	<b>14.715.040</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>23</b>
Despesas com Vendas.....	(20.893)	(68.075)	(2.113.416)	(1.273.619)
Desp. Gerais e Administrativas.....	(9.096.664)	(10.342.444)	(19.738.800)	(21.235.750)
Resultado de Equiv.Patrimonial.....	(15.526.015)	(5.527.097)	(411.127)	(157.549)
Outras Receitas (Despesas).....	24	24	24	24
Operacionais Líquidas.....	30.654	(288.806)	1.009.522	(387.122)
<b>Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(24.245.092)</b>	<b>(16.164.537)</b>	<b>(15.157.283)</b>	<b>(8.339.000)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.772.445)</b>	<b>(71.511)</b>	<b>(10.684.708)</b>	<b>(8.591.216)</b>
Receitas Financeiras.....	1.289.983	65.752	2.283.434	535.290
(Despesas) Financeiras.....	(4.062.428)	(137.263)	(12.968.142)	(9.126.506)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(27.017.537)</b>	<b>(16.236.048)</b>	<b>(25.841.991)</b>	<b>(16.930.216)</b>
I. R. e Contribuição Social.....	-	-	(1.187.568)	694.168
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(27.017.537)</b>	<b>(16.236.048)</b>	<b>(27.029.559)</b>	<b>(16.236.048)</b>
Participação dos Controladores.....	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.017.537)	(16.236.048)
Particip. dos Não controladores.....	-	-	12.022	-
<b>Prejuízo Líquido por Ação</b>	<b>20</b>	<b>(0,48)</b>	<b>(0,29)</b>	<b>-</b>
<b>Quantidade de Ações ao Final do Exercício</b>	<b>56.066.292</b>	<b>56.066.292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em Reais 1

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>27.017.537</b>	<b>(16.236.048)</b>	<b>(27.029.559)</b>	<b>(16.236.048)</b>
Prejuízo Líquido do Exercício	(27.017.537)	(16.236.048)	(27.029.559)	(16.236.048)
Equivalência Patrimonial	15.526.015	5.527.097	411.127	157.548
Depreciações e Amortizações	166.147	64.036	263.228	179.298
Custo do Imobilizado Baixado	29.211	5.938	30.409	16.447
Provisão para Contingências	(370.855)	(228.799)	364.904	1.759.575
Provisão para Garantias	-	-	4.431.286	1.222.537
Enc. s/ Emprést. e Financiamentos	691.049	-	1.157.716	5.330.233
Tributos Diferidos	-	-	(606.226)	(4.147.674)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(10.975.970)</b>	<b>(10.867.776)</b>	<b>(20.977.115)</b>	<b>(17.178.084)</b>
<b>Decrésc. (Acréscimos) em Ativos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contas a Receber de Clientes.....	-	992.023	22.287.020	13.051.014
Imóveis a Comercializar.....	-	-	12.886.103	(20.056.482)
Impostos a Recuperar.....	(122.990)	208.837	(220.594)	400.591
Custos Iniciais Terreno.....	11.550	-	11.550	-
Demais Contas do Ativo.....	299.735	(318.206)	(608.110)	(1.573.374)
<b>(Decrésc.) (Acrésc.) em Passivos</b>	<b>(77.985)</b>	<b>264.622</b>	<b>1.727.254</b>	<b>(1.244.673)</b>
Fornecedores.....	(271.020)	(286.895)	(642.459)	(426.930)
Obrigações Sociais e Tributárias.....	-	-	956.552	14.001.993
Credores por Compra de Imóveis.....	-	-	3.049.210	(312.430)
Demais Contas do Passivo.....	-	-	(11.363.219)	(13.299.848)
Adiantamento de Clientes.....	-	-	7.106.192	(21.178.222)
<b>Caixa Líq. da Ativ. Operacional</b>	<b>(11.136.680)</b>	<b>(10.007.395)</b>	<b>7.106.192</b>	<b>(21.178.222)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>(16.896.511)</b>	<b>(3.637.876)</b>	<b>-</b>	<b>(99.000)</b>
Aquisição de Investimentos.....	(2.140.979)	(1.140.831)	(2.143.179)	(1.142.181)
Aquisição em Intangível.....	-	(1.924)	-	(1.925)
Redução Capital em Investida.....	3.417.000	(66.288)	-	(66.288)
<b>Caixa Líq. da Ativ. de Investimento</b>	<b>(15.620.490)</b>	<b>(4.846.9</b>		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 Em Reais 1																		
continuação																		
a) Controladas																		
Dados Provisão Passivo a Descoberto:																		
	CLV	GPÉR	PBP	Bucovina	MMV	Lima e Silva	MCM	DBM	QCM	MIP	Anita	Ipanema	MAB	MTG	SCP	SOLEDADE	Total 2021	Total 2020
AFAc	-	1.268.000	-	2.691.743	5.139.169	2.200.000	-	4.946.000	-	-	-	-	-	-	-	-	16.244.912	1.359.335
Saldo final	4.038.839	1.268.000	1.580.628	2.691.743	5.139.169	4.472.314	88.458	4.946.000	-	-	1.383.902	-	-	-	505.171	1.000	26.115.225	16.462.117
Saldo inicial	-	676.602	-	-	3.771.496	-	-	-	1.410.863	1.281.953	-	145.130	236.837	143.984	-	-	7.666.865	14.217.915
Transferência investimentos	-	1.272.810	-	1.096.515	519.737	-	-	7.141.114	20.212	225.317	-	(145.130)	90.678	1.004.125	-	-	63.108	11.288.486
Saldo final	-	1.949.412	-	1.096.515	4.291.233	-	-	7.141.114	1.431.075	1.507.270	-	-	327.515	1.148.109	-	-	63.108	18.955.349
Saldo final do Investimento	4.038.839	(681.412)	1.580.628	1.595.228	847.936	4.472.314	88.458	(2.195.114)	(1.431.075)	(1.507.270)	1.383.902	-	(327.515)	(1.148.109)	505.171	(62.108)	-	7.666.865
b) Coligadas																		
	GCM Empr. Imob. Ltda.	Square Empr. Imob. Ltda.	Total 2021	Total 2020	b) Coligadas				GCM Empr. Imob. Ltda.	Square Empr. Imob. Ltda.	Total 2021	Total 2020						
Capital social	1.000	260.000	-	-	Transferência para passivo	-	-	-	290.454	290.454	81.042	-	-	-	-	-	-	-
% Participação	50,00%	33,00%	-	-	AFAc	-	-	-	-	-	99.000	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	(129)	(2.722.144)	-	-	Saldo final	17.229	-	-	17.229	137.902	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(43.345)	(1.180.164)	-	-	Dados Provisão Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação investimento																		
Saldo inicial	38.902	99.000	137.902	49.121	a Descoberto:	-	-	-	748.205	748.205	667.163	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(21.673)	(389.454)	(411.127)	(157.548)	Saldo inicial	-	-	-	290.454	290.454	81.042	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	-	-	-	66.287	Transferência investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	Saldo final	-	-	-	1.038.659	1.038.659	748.205	-	-	-	-	-	-	-
Nota 10. Imobilizado																		
	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Obras de Arte	Equipam. de Computação	Equipam. de Computação - Leasing	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Outros	Total									
Taxa média de depreciação	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	-	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	-	-									
Saldo em 31/12/2019	8.338	21.727	30.448	1.053	41.735	111	111	20.192	123.604									
Adições	-	-	-	-	17.981	1.104.473	18.377	1.140.831	-									
Depreciações	(5.093)	(6.399)	(9.646)	-	(19.180)	(1.903)	-	(42.221)	-									
Saldo em 31/12/2020	3.245	15.328	20.802	1.053	40.536	1.096.743	38.569	1.215.276	-									
Adições	-	-	-	-	6.727	192.782	1.919.131	22.339	2.140.979									
Depreciações	(2.732)	(2.259)	(2.206)	-	(15.153)	(36.146)	(107.114)	(165.610)	-									
Saldo em 31/12/2021	513	2.454	-	1.053	32.110	156.636	2.908.760	60.908	3.162.434									
Consolidado																		
	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Obras de Arte	Equipam. de Computação	Equipam. de Computação - Leasing	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	Outros	Total									
Taxa média de depreciação	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	-	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	-	-									
Saldo em 31/12/2019	10.328	510.029	62.952	1.053	47.848	111	111	20.192	652.513									
Adições	-	-	-	-	19.331	1.104.473	18.377	1.142.181	-									
Depreciações	(5.708)	(110.177)	(15.304)	-	(22.838)	(1.903)	-	(155.930)	-									
Saldo em 31/12/2020	4.620	389.343	47.648	1.053	44.341	1.096.743	38.569	1.622.317	-									
Adições	-	-	-	-	6.727	192.782	1.919.131	22.339	2.140.979									
Depreciações	(3.347)	(91.104)	(7.863)	-	(17.018)	(36.146)	(107.114)	(262.592)	-									
Saldo em 31/12/2021	1.273	288.626	21.189	1.053	34.050	156.636	2.908.760	60.908	3.472.495									
Nota 11. Instituições Financeiras: Financiamentos tomados junto a Instituição Financeira para financiar aquisições de terrenos e execução das obras nos empreendimentos das SPE's, cuja liberação dos valores ocorrem de acordo com a evolução da obra e necessidade de caixa.																		
	Encargos	Vencimento	Garantias	2021		2020												
MEI	100% CDI + 3,66% a.a	15/10/2025	Aval + Alienação Fiduciária	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante											
				1.705.362	8.568.965	-	-											
				1.705.362	8.568.965	-	-											
Empresa																		
	Encargos	Vencimento	Garantias	2021		2020												
BUCOVINA (b)	TR + 8,75% a.a.	28/07/2024	Aval + Hipoteca	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante											
MMV (b)	TR + 8,75% a.a.	22/01/2023	Aval + Hipoteca	1.913.928	540.207	8.120.735	2.624.543											
MCM (a)	TR + 9,75% a.a.	11/10/2023	Aval + Hipoteca	-	-	3.235.263	961.202											
LIMA E SILVA (b)	TR + 9,25% a.a.	08/08/2024	Aval + Hipoteca	927.459	-	2.757.030	-											
DBM (c)	TR + 10,20% a.a.	20/10/2024	Aval + Hipoteca	-	-	5.403.313	1.284.307											
ANITA (c)	TR + 9,75% a.a.	10/01/2026	Aval + Hipoteca	-	-	28.624.788	19.793.635											
MAB	4,28% a.a.	01/11/2021	Aval	-	-	13.670.453	3.305.198											
MTG	100% CDI + 3% a.a.	21/11/2022	Aval	-	-	5.501.021	-											
				6.310.834	-	-	-											
				10.857.583	-	9.109.172	67.312.603	27.968.885										
Nota 12. Debêntures: a) Controladora																		
	2021		2020															
Debêntures 1ª emissão	30.883.215	30.883.215	-	-														
Não Circulante	-	-	-	-														
A movimentação das debêntures, registradas no passivo não circulante, é composta conforme segue:																		
	2021		2020															
Saldo Inicial	30.000.000	27.770.000	16.530.000	74.300.000														
Captação	883.215	662.990	394.643	1.940.848														
Juros provisionados	-	(305.088)	(181.603)	(486.691)														
Amortizações	-	-	-	-														
Saldo Final	30.883.215	28.127.902	16.743.040	75.754.157														
Circulante	-	1.146.005	682.156	1.828.161														
Não Circulante	30.883.215	26.981.897	16.060.884	73.925.996														
(a) Debêntures DBM - A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 03/11/2021. As debêntures são privadas e não conversíveis, sob o regime de garantia real, garantia fidejussória e garantias reais adicionais nos termos da escritura de debêntures. Os recursos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao custeio de despesas imobiliárias e predeterminadas relativas aos pagamentos Contrato de Financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação para Produção de Unidades Habitacionais e Escrituras Públicas de financiamento para Construção de Unidades Comerciais pelo Sistema Hipotecário, com Garantia Hipotecária e Fidejussória. O valor da emissão (em R\$ 1) foi de R\$ 27.770.000 (vinte e sete milhões, setecentos e setenta mil reais) ("Valor Total da Emissão"), em 9/11/2021, data de emissão, sendo R\$ 22.216.000 (vinte e dois milhões, duzentos e dezesseis mil reais) o montante total para as Debêntures da Primeira Série e R\$ 5.554.000 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais) o montante total para as Debêntures da Segunda Série. O prazo para pagamento é de 1.832 dias corridos, contados da data de emissão da Debênture, qual seja, 9/11/2021. O vencimento final das Debêntures será em 15/11/2026. O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de ambas séries será atualizado monetariamente mensalmente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde a data do pagamento do Preço de Integralização ("Data de Início da Rentabilidade") ou a Data de Aniversário imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da atualização monetária incorporado ao valor nominal unitário, ou ao saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A atualização monetária das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa por rata temporis por dias corridos, considerando o ano com base em 360 (trezentos e sessenta) dias corridos. A remuneração das debêntures é IPCA + 9,28% a.a. na 1ª. série e IPCA + 9% a.a. na 2ª. série (estamos emitindo aditivos para ajustar taxa da 2ª. série para IPCA + 9,78% a.a.). (b) Debêntures Anita - A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 3/11/2021. As debêntures são privadas e não conversíveis, sob o regime de garantia real, garantia fidejussória e garantias reais adicionais nos termos da escritura de debêntures. Os recursos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao custeio de despesas imobiliárias e predeterminadas relativas aos pagamentos Contrato de Financiamento pelo Sistema Financeiro da Habitação para Produção de Unidades Habitacionais e Escrituras Públicas de financiamento para Construção de Unidades Comerciais pelo Sistema Hipotecário, com Garantia Hipotecária e Fidejussória. O valor da emissão (em R\$ 1) foi de R\$ 16.530.000 (dezesseis milhões, quinhentos e trinta mil reais) ("Valor Total da Emissão"), em 9/11/2021, na data de emissão, sendo R\$ 13.224.000 (treze milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais) o montante total para as Debêntures da Primeira Série e R\$ 3.306.000 (três milhões, trezentos e seis mil reais) o montante total para as Debêntures da Segunda Série.																		
Valor líquido com tributação (postergada) antecipada																		
	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	TOTAL													
2021 - Presumido	5.552.288	36.090	166.568	111.046	59.965	373.669												
2021 - RET	7.262.550	26.871	124.190	91.508	47.933	290.502												
2021 - Total	12.814.838	62.961	290.758	202.554	107.898	664.171												
2020 - Presumido	5.756.107	37.422	172.713	115.143	62.176	387.454												
2020 - RET	22.073.588	81.672	377.459	278.127	145.685	882.943												
2020 - Total	27.829.695	119.094	550.172	393.270	207.861	1.270.397												
Tributos																		
	Presumido	RET																
PIS	0,65%	0,37%																
COFINS	3%	1,71%																
IRPJ	2%	1,26%																
CSLL	1,08%	0,66%																
Total	6,73%	4,00%																
As SPE's registraram durante o período significativa movimentação nas reversões de tributos diferidos, ocasionados pelos valores envolvidos nas rescisões contratuais com clientes (distratos). Nota 17. Adiantamento de Clientes (consolidado): O saldo da conta representa os recebimentos superiores ao valor das receitas de vendas reconhecidas no resultado conforme critérios mencionados na nota 3. Este saldo está representado em moeda nacional e não tem incidência de encargos financeiros, tendo a Sociedade o compromisso da construção do imóvel.																		
Empresa																		
	2020		2021															
DBM	1.259.348	1.259.348	-	-														
Anita	10.103.871	11.363.219	-	-														
Total	11.363.219	12.622.567	-	-														
Nota 18. Provisões para Contingências: A Companhia constituiu provisão para os processos cuja perda foi avaliada como provável por seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro, o montante das causas com perda provável e a movimentação no exercício são como segue:																		
Controladora																		
	Trabalhista	Cíveis	Tributário	Total														
Saldo em 31/12/2019	202.005	312.654	394.522	909.181														
Constituição/(reversão de provisão)	(36.323)	202.046	(394.522)	(228.799)														
Consolidado																		
	Trabalhista	Cíveis	Tributário	Total														
Saldo em 31/12/2020	165.682	514.700	-	680.382														
Constituição/(reversão de provisão)	(94.640)	(276.215)	-	(370.855)														
Saldo em 31/12/2021	71.042	238.485	-	309.527														
Consolidado																		
	Trabalhista	Cíveis	Tributário	Total														
Saldo em 31/12/2019	1.287.847	4.946.937	394.522	6.629.306														
Constituição/(reversão de provisão)	853.817	1.040.280	(134.522)	1.759.575														
Saldo em 31/12/2020	2.141.664	5.987.217	260.000	8.388.881														
Constituição/(reversão de provisão)	(73.744)	219.948	-	364.904														
Saldo em 31/12/2021	2.067.920	6.207.165	478.700	8.753.785														
Para os processos cujas perdas foram avaliadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro, o montante das causas é composto como segue:																		

continuação				NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 Em Reais 1			
2021		2020		2021		2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Processos Trabalhistas	1.216.476	2.293.713	1.126.649	3.193.553	-	(3.934.520)	(6.449.762)
Processos Cíveis	14.155	510.000	15.015	1.040.272	(4.805.544)	(4.378.337)	(6.440.725)
Processos Tributário	-	-	-	19.398	(525.204)	(283.338)	(943.628)
<b>Total de Processos</b>	<b>1.230.631</b>	<b>3.120.790</b>	<b>1.141.664</b>	<b>4.253.223</b>	(14.673)	(67.544)	(1.307.633)
<b>Nota 19. Provisão para Garantias:</b> As SPEs oferecem garantia para seus clientes na venda de seus imóveis. Essas garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens e são prestadas por exercícios que variam até cinco anos após a conclusão da obra. <b>Nota 20. Patrimônio Líquido:</b> a) Capital social - O capital social é de R\$ 56.066.291,00 (cinquenta e seis milhões, sessenta e seis mil, duzentos e noventa e um reais), totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 56.066.291 (cinquenta e seis milhões, sessenta e seis mil, duzentos e noventa e um reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. b) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social. c) Reserva de lucros - Os lucros apurados são destinados conforme deliberação dos acionistas, sendo que as distribuições de lucros podem ocorrer em períodos inferiores a um ano.							
<b>Valor do resultado por ação</b>							
Resultado líquido do exercício	-	(27.017.537)	-	(16.236.048)	-	(90.244)	(293.702)
Quantidade de ações ao final do exercício	-	56.066.292	-	56.066.292	-	18.689	63.333
Prejuízo líquido por ação (R\$)	-	(0,48189)	-	(0,28959)	-	-	-
<b>Nota 21. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:</b> Representa os aportes de recursos realizados pelos sócios para formação de caixa e futuro aumento do capital social.							
<b>Nota 22. Receita Líquida das Vendas:</b> A receita líquida é composta como segue:							
2021		2020		2021		2020	
Receita bruta de vendas de imóveis	90.000	-	64.713.557	65.225.830	-	-	-
Receita bruta de serviços	320.825	72.500	327.675	72.500	-	-	-
Impostos incidentes sobre vendas	(42.999)	(10.615)	(1.362.863)	864.530	-	-	-
Distratos	-	-	(12.812.985)	(11.493.803)	-	-	-
<b>Total receita líquida de vendas</b>	<b>367.826</b>	<b>61.885</b>	<b>50.865.384</b>	<b>54.669.057</b>	-	-	-
<b>Nota 23. Despesas por Função</b>							
2021		2020		2021		2020	
Despesas classificadas como:	-	-	(44.770.846)	(39.954.017)	-	-	-
Custos de Vendas e Serviços	-	-	(20.893)	(68.075)	-	-	-
Despesas com Vendas	(20.893)	(68.075)	(12.113.418)	(11.273.619)	-	-	-
Desp. Gerais e Administrativas (a)	(9.096.664)	(10.342.444)	(19.738.800)	(21.235.750)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(9.117.557)</b>	<b>(10.410.519)</b>	<b>(66.621.062)</b>	<b>(62.463.386)</b>	-	-	-
<b>Despesas por Natureza</b>							
Distratos (b)	-	-	7.006.871	7.528.863	-	-	-
Custo de terrenos e projetos	-	-	(1.895.580)	(737.635)	-	-	-
Serviços de terceiros	-	-	(13.961.561)	(12.459.234)	-	-	-
Material aplicado na obra	-	-	(18.909.080)	(19.914.012)	-	-	-
Outros custos	-	-	(11.450.255)	(4.003.292)	-	-	-
Custo de estoque vendido	-	-	-	(420.386)	-	-	-
<b>Nota 24. Outras Despesas Receitas Operacionais Líquidas</b>							
2021		2020		2021		2020	
Despesas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-
Perda / Ganho na Retomada	(90.244)	(293.156)	-	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	(29.203)	-	-	-
Multa sobre Distratos	-	-	-	1.144.034	505.072	-	-
Outras	120.898	4.350	-	63.333	56.112	-	-
<b>Total Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>30.654</b>	<b>(288.806)</b>	<b>1.009.522</b>	<b>(387.122)</b>	-	-	-
<b>Nota 25. Resultado Financeiro</b>							
2021		2020		2021		2020	
Receitas Financeiras	-	-	964.686	-	964.686	-	-
Varição Cambial Ativa	-	-	324.148	62.942	689.422	-	-
Rendimento de Aplicação	-	-	-	-	517.718	-	-
Ganhos Financeiros s/Mútuo	-	-	-	-	92.919	-	-
Juros Apropriados	-	-	1.149	2.407	18.689	-	-
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	2.283.434	-	-
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>1.149</b>	<b>2.407</b>	<b>2.283.434</b>	<b>535.290</b>	-	-	-
Despesas Financeiras	-	-	(2.035.960)	(117.647)	(4.875.663)	-	-
Juros e Variações Monetárias	-	-	(1.387.284)	(1.387.284)	(1.387.284)	-	-
Varição Cambial Passiva	-	-	(135.100)	-	(4.953.440)	-	-
Encargos sobre Financiamentos	-	-	-	-	(427.900)	-	-
Encargos sobre Conta Devedora	-	-	(5.429)	(3.696)	(44.480)	-	-
Despesas Bancárias	-	-	(498.331)	(2.948)	(800.035)	-	-
Despesa com Tributos	-	-	(324)	(12.972)	(479.340)	-	-
Outras Despesas Financeiras	-	-	-	-	(270.780)	-	-
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(4.062.428)</b>	<b>(137.263)</b>	<b>(12.968.142)</b>	<b>(9.126.506)</b>	-	-	-
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(2.772.445)</b>	<b>(71.511)</b>	<b>(10.684.708)</b>	<b>(8.591.216)</b>	-	-	-
<b>DIRETORIA</b>							
Carlos Eduardo Schneider Melzer - Diretor Presidente		Antonio Pedro Rodriguez Teixeira - Diretor Operacional		Elaine Antonioli - Contadora - CRC-RS 078452/O-0			
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>							
<p>Aos Acionistas e Administradores da MAIOJAMA Empreendimentos Imobiliários S.A. Porto Alegre - RS</p> <p><b>Opinião com Ressalva:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A. (Companhia), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião com ressalva:</b> Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das coligadas GCM Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Carlos Gomes Square Empreendimentos Imobiliários Ltda. correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na qual a Maiojama Empreendimentos Imobiliários Ltda. participa em 50% e 33%, respectivamente, do Capital Social. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor de tais investimentos, no montante de R\$ 17.229, da provisão passiva a descoberto coligadas registrada no passivo circulante no montante de R\$ 1.038.659 e do correspondente valor negativo da equivalência patrimonial de R\$ 411.127, reconhecidos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Outros assuntos:</b> As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício de 2020 também foram por nós examinadas, com Relatório com Opinião Modificada, emitido em 06 de abril de 2021 e que</p>				<p>contemplava a seguinte ressalva: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das coligadas GCM Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Carlos Gomes Square Empreendimentos Imobiliários Ltda. correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na qual a Maiojama Empreendimentos Imobiliários S.A. participa em 50% e 33%, respectivamente, do Capital Social. Quanto a essas participações, está reconhecido na conta de Investimentos R\$ 38.902, na conta de Provisão Passiva a Descoberto - Coligadas R\$ 748.205 e na conta de Equivalência Patrimonial R\$ 157.549 de Prejuízo. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais investimentos. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou suas controladas, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemen-</p>			
<p>te se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 23 de março de 2022.</p>							
<p><b>HLB BRASIL</b> Rokembach + Lahm, Villanova &amp; Cia. Auditores CRCRS 3.663</p>				<p><b>Cassmarvil Bortolotti</b> Contadora RS-090514/O</p>			

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC